

# ADMINISTRAÇÃO

## CRISE NO SAICA

# Justiça dá quatro meses para ampliação da rede de acolhimento

Decisão determinou a abertura de três novas unidades, com capacidade para 20 internos cada

ÂNGELO LOPES

Em audiência na Vara da Infância e Juventude de Ribeirão Preto, o juiz Paulo Cesar Gentile determinou que a Prefeitura de Ribeirão Preto crie três unidades do Serviço de Apoio às Crianças e Adolescentes (Saica) em até 120 dias. Os espaços, com capacidade para 20 internos cada, visam oferecer acolhimento seguro e de qualidade para jovens em situação de vulnerabilidade social.

A decisão é uma resposta a ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual e Defensoria Pública, que apontaram uma série de irregularidade nos dois espaços onde é realizado hoje o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Representantes do município apresentaram um cronograma para convocação de profissionais, incluindo assistentes sociais e educadores sociais, essenciais para o funcionamento

das unidades. Promotores, defensores públicos e conselheiros tutelares reforçaram a urgência na melhoria da estrutura e do quadro de profissionais, diante da escassez de recursos e de profissionais especializados.

O juiz destacou o compromisso de acompanhar de perto as ações, garantindo a proteção integral dos jovens. “A instituição de acolhimento é, por assim dizer, um pronto-socorro de crianças vitimizadas, agredidas, severamente negligenciadas ou abandonadas por seus pais”, disse.

“Ali a sorte reúne os desprezados, os agredidos, os esquecidos. Por essa especial condição de seus usuários, esse serviço deve primar pela excelência no acolhimento cuidadoso, receptivo, respeitoso. Cabe a todos os envolvidos nessa tarefa a dura missão de proteger, cuidar e, acima de tudo, resgatar histórias de vida tão precocemente abaladas. Tenha a sociedade a sensibilidade para compreender e a acui-

dade para ouvir esses que choram baixinho, cujos lamentos nem sempre são percebidos. Tenha a Administração Pública a capacidade de tratar com critério e responsabilidade essa questão que ganha em relevo e urgência de outras obras públicas, ainda que não envolva concreto ou asfalto”, afirmou o magistrado.

A Semas (Secretaria Municipal de Assistência Social) publicou edital convocando organizações sociais para administrar as unidades, com previsão de repasse de aproximadamente R\$ 1,34 milhão por ano.

### EXONERAÇÕES

O Jornal Ribeirão apurou que a gestão da Semas exonerou duas pessoas ligadas ao comando do Saica: a Chefe de divisão de Gerenciamento de Serviço de Alta Complexidade, Raphaela Dourado de Oliveira, e a Chefe de Divisão de Gerenciamento de Controle Orçamento e Financeiro, Aleksander Chaves dos Santos.

Ambos fizeram parte da gestão da ex-secretária Gláucia Berenice. Outras exonerações e remanejamentos de servidores em cargos de comissão estão previstos.

Em nota, a assessoria de imprensa da pasta negou que a saída dos dois servidores está ligada à crise no Saica. “A Secretaria Municipal de Assistência Social esclarece que não houve exoneração de servidores. Dois profissionais — o coordenador e uma assistente administrativa — foram remanejados para outro setor da Administração”, diz o texto.

### CONSELHO TUTELAR

Em ofício datado de 3 de junho de 2025, o Conselho Tutelar I de Ribeirão Preto alerta para a situação inadequada do SAICA — sistema responsável pelo acolhimento institucional — e solicita rigor no cumprimento das normas legais para o encaminhamento de crianças e adolescentes a instituições de acolhimento. Segun-

do o documento, apenas a Guia de Acolhimento expedida pela autoridade judiciária autoriza esse encaminhamento, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na legislação complementar.

O Conselho destaca sua autonomia para definir protocolos de atendimento baseados na legislação vigente e no melhor interesse do menor, apresentando um Protocolo Emergencial de Acolhimento Institucional. O ofício ainda menciona a importância do diálogo interinstitucional qualificado e destaca que, em casos excepcionais e urgentes, entidades podem acolher crianças sem prévia autorização judicial, desde que comuniquem o juiz competente em até 24 horas.

Esta iniciativa reforça o compromisso do Conselho Tutelar com a proteção integral de crianças e adolescentes, demandando respeito às competências legais e à centralidade do ECA como norma protetiva.



Quarto de uma das unidades do Saica: MP e Defensoria apontaram abusos e irregularidades no serviço

FERNANDO GONZAGA

## DIREITOS HUMANOS

# Mortes de índios Warao em Ribeirão vai parar no Senado Federal

A situação dos indígenas venezuelanos da etnia Warao em Ribeirão Preto, São Paulo, ganhou destaque após uma denúncia formal apresentada à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Encaminhada para o gabinete da senadora Mara Gabrilli, a representação cita casos de negligência, violações de direitos e até duas mortes durante a gestão da ex-secretária de Assistência Social Gláucia Berenice.

De acordo com as informações, cerca de 73 indígenas, incluindo 40 crianças e adolescentes, vivem em condições vulneráveis no antigo prédio do Sesi nos Campos Elíseos, em Ribeirão Preto. Os Warao, que possuem uma cultura, idio-

ma e modos de vida próprios, enfrentam sérias dificuldades no acesso a moradia adequada, alimentação, saúde e educação. O acolhimento e cuidados ficaram sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) entre 2022 e 2024.

A denúncia partiu da ONG “Projeto Mudando Vidas” e responsabiliza a ex-secretária Gláucia Berenice por negligência e omissão, ressaltando que duas mortes de indígenas aconteceram durante sua gestão, sem que essas ocorrências fossem adequadamente investigadas.

Após a divulgação das denúncias com exclusividade pelo Jornal Ribeirão, Gláucia Berenice foi exone-

rada de um cargo de confiança que ocupava na Fundação Theatro Pedro II, em 31 de março. Atualmente, a administração municipal, sob o comando do secretário Júlio Balieiro, instaurou uma sindicância para apurar possíveis falhas ocorridas no período entre 2022 e 2024.

Além da sindicância municipal, o Ministério Público e parlamentares do Senado, especialmente a senadora Mara Gabrilli e o senador Marcos Pontes, foram acionados para acompanhar o caso.

No dia 28/05, moradores próximos ao antigo Sesi notaram a presença da Polícia Científica no local onde os índios Warao estão alojados.



Gláucia Berenice (à dir.) no período em que comandava a Semas

DIVULGAÇÃO

## GLÁUCIA DEFENDE GESTÃO

A ex-secretária Gláucia Berenice se pronunciou sobre as denúncias envolvendo a comunidade indígena Warao, afirmando desconhecer o conteúdo da sindicância instaurada para apurar os fatos. Ela destacou que não teve acesso ao processo e, por isso, não pode comentar as acusações. Gláucia ressaltou que, durante sua gestão, não houve negligência ou imperícia no atendimento à comunidade indígena e reforçou seu compromisso com a legalidade e a probidade. A ex-secretária afirmou que responderá às questões da sindicância assim que tiver acesso ao documento.